

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Março/2017

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**Concurso Público para provimento de cargos
Técnico Judiciário- Área Administrativa
Especialidade Segurança**Nome do Candidato
Caderno de Prova 'L12', Tipo 001Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-001Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A igualdade de acesso à educação de qualidade é essencial.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 4.

Aspectos Culturais de Mato Grosso do Sul

A cultura de Mato Grosso do Sul é o conjunto de manifestações artístico-culturais desenvolvidas pela população sul-mato-grossense muito influenciada pela cultura paraguaia. Essa cultura estadual retrata, também, uma mistura de várias outras contribuições das muitas migrações ocorridas em seu território.

O artesanato, uma das mais ricas expressões culturais de um povo, no Mato Grosso do Sul, evidencia crenças, hábitos, tradições e demais referências culturais do Estado. É produzido com matérias primas da própria região e manifesta a criatividade e a identidade do povo sul-mato-grossense por meio de trabalhos em madeira, cerâmica, fibras, osso, chifre, sementes, etc.

As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas nas cores da paisagem regional e, além da fauna e da flora, podem retratar tipos humanos e costumes da região.

(Adaptado de: CANTU, Gilberto. Disponível em: <http://profgilbertocantu.blogspot.com.br/2013/08/aspectos-culturais-de-mato-grosso-do-sul.html>)

1. Depreende-se corretamente do texto que a cultura de Mato Grosso do Sul é
 - (A) formada principalmente pela influência da cultura de vários povos migrantes e também pela influência secundária da cultura paraguaia.
 - (B) formada não apenas pela influência da cultura paraguaia, mas também pela influência da cultura dos povos que migraram para essa região.
 - (C) muito influenciada pela cultura paraguaia, mas também o é pela cultura de povos de outros países sul-americanos.
 - (D) fortemente influenciada pela cultura de nações sul-americanas, mas o é também pela cultura de povos de outras regiões do Brasil.
 - (E) reflexo de uma forte influência da cultura paraguaia, e a cultura de outras regiões não a influenciou de forma relevante.

2. *As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas em cores da paisagem regional e, **além da fauna e da flora**, podem retratar tipos humanos e costumes da região.* (3º parágrafo)

Após o deslocamento da expressão destacada, sem alterar o sentido da frase original, o uso da vírgula fica correto em:

- (A) As peças em geral além da fauna e da flora, trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas nas cores da paisagem regional e podem retratar tipos humanos e costumes da região.
- (B) As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas nas cores da paisagem regional e podem além da fauna e da flora, retratar tipos humanos e costumes da região.
- (C) As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, além da fauna e da flora são feitas nas cores da paisagem regional e podem retratar tipos humanos e costumes da região.
- (D) Além da fauna e da flora as peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas nas cores da paisagem regional e, podem retratar tipos humanos e costumes da região.
- (E) As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas nas cores da paisagem regional e podem retratar tipos humanos e costumes da região, além da fauna e da flora.

3. *O artesanato, **uma das mais ricas expressões culturais de um povo**, no Mato Grosso do Sul, evidencia crenças, hábitos, tradições e demais referências culturais do Estado.* (2º parágrafo)

No contexto, o trecho destacado veicula a ideia de

- (A) explicação.
- (B) proporção.
- (C) concessão.
- (D) finalidade.
- (E) conclusão.



4. Está na voz passiva o verbo do seguinte fragmento do texto:
- (A) *É produzido com matérias primas da própria região...* (2º parágrafo)
 - (B) *Essa cultura estadual retrata, também, uma mistura de várias outras contribuições das muitas migrações...* (1º parágrafo)
 - (C) *A cultura de Mato Grosso do Sul é o conjunto de manifestações artístico-culturais...* (1º parágrafo)
 - (D) *O artesanato, uma das mais ricas expressões culturais de um povo, no Mato Grosso do Sul, evidencia crenças, hábitos, tradições e demais referências culturais do Estado.* (2º parágrafo)
 - (E) *As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas...* (3º parágrafo)
-
5. A frase que está escrita em conformidade com a norma-padrão da língua é:
- (A) A cultura e os costumes de um povo representam aspectos sócio-culturais que tendem a ser reproduzidas pelos seus membros em geral e passadas a seus descendentes, geração a geração.
 - (B) A cultura e os costumes de um povo representa aspectos sócio-culturais que tendem a ser reproduzidas pelos seus membros em geral e passadas a seus decendentes, geração à geração.
 - (C) A cultura e os costumes de um povo representa aspectos socioculturais que tendem à ser reproduzido pelos seus membros em geral e passados a seus descendentes, geração a geração.
 - (D) A cultura e os costumes de um povo representam aspectos socioculturais que tendem a ser reproduzidos pelos seus membros em geral e passados a seus descendentes, geração a geração.
 - (E) A cultura e os costumes de um povo representam aspectos socioculturais que tendem a serem reproduzidos pelos seus membros em geral e passados à seus decendentes, geração a geração.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 9.

**Instituições financeiras reconhecem que é cada vez mais difícil detectar
se uma transação é fraudulenta ou verdadeira**

Os bancos e as empresas que efetuam pagamentos têm dificuldades de controlar as fraudes financeiras on-line no atual cenário tecnológico conectado e complexo. Mais de um terço (38%) das organizações reconhece que é cada vez mais difícil detectar se uma transação é fraudulenta ou verdadeira, revela pesquisa realizada por instituições renomadas.

O estudo revela que o índice de fraudes on-line acompanha o aumento do número de transações on-line, e 50% das organizações de serviços financeiros pesquisadas acreditam que há um crescimento das fraudes financeiras eletrônicas. Esse avanço, juntamente com o crescimento massivo dos pagamentos eletrônicos combinado aos novos avanços tecnológicos e às mudanças nas demandas corporativas, tem forçado, nos últimos anos, muitas delas a melhorar a eficiência de seus processos de negócios.

De acordo com os resultados, cerca de metade das organizações que atuam no campo de pagamentos eletrônicos usa soluções não especializadas que, segundo as estatísticas, não são confiáveis contra fraude e apresentam uma grande porcentagem de falsos positivos. O uso incorreto dos sistemas de segurança também pode acarretar o bloqueio de transações. Também vale notar que o desvio de pagamentos pode causar perda de clientes e, em última instância, uma redução nos lucros.

Conclui-se que a fraude não é o único obstáculo a ser superado: as instituições financeiras precisam também reduzir o número de alarmes falsos em seus sistemas a fim de fornecer o melhor atendimento possível ao cliente.

(Adaptado de: computerworld.com.br. Disponível em: <http://computerworld.com.br/quase-40-dos-bancos-nao-sao-capazes-de-diferenciar-um-ataque-de-atividades-normais-de-clientes>)

6. Infere-se corretamente do texto que
- (A) está cada vez mais fácil, no atual cenário tecnológico, verificar se uma transação *on-line* é falsa ou verdadeira.
 - (B) bem mais da metade das organizações atuantes no campo de pagamentos eletrônicos usa soluções não especializadas.
 - (C) as instituições financeiras precisam acabar não só com as fraudes no sistema *on-line*, mas também com os alarmes falsos.
 - (D) o único obstáculo a ser superado ainda pelas instituições financeiras, no atual cenário tecnológico, são os alarmes falsos.
 - (E) o uso de sistemas de segurança especializados pode provocar o bloqueio de transações, mas sem perda da clientela.



7. No texto, as formas verbais flexionadas no presente do indicativo “têm” (1º parágrafo), “acompanha” (2º parágrafo) e “apresentam” (3º parágrafo) indicam eventos que
- (A) já aconteceram e certamente não acontecerão mais.
 - (B) ocorrem em condições hipotéticas.
 - (C) se repetem com os passar dos dias.
 - (D) não se repetirão num futuro próximo.
 - (E) raramente aconteceram ou acontecem.
-
8. No trecho *Os bancos e as empresas que efetuam pagamentos*, no início do primeiro parágrafo, o “que” exerce função pronominal. Outro trecho do texto em que essa palavra exerce a mesma função é:
- (A) *De acordo com os resultados, cerca de metade das organizações **que** atuam no campo de pagamentos eletrônicos...* (3º parágrafo)
 - (B) *Mais de um terço (38%) das organizações reconhece **que** é cada vez mais difícil detectar se uma transação é fraudulenta ou verdadeira...* (1º parágrafo)
 - (C) *O estudo revela **que** o índice de fraudes on-line acompanha o aumento do número de transações on-line...* (2º parágrafo)
 - (D) *Também vale notar **que** o desvio de pagamentos pode causar perda de clientes...* (3º parágrafo)
 - (E) *Conclui-se **que** a fraude não é o único obstáculo a ser superado...* (4º parágrafo)
-
9. No segundo parágrafo do texto, o termo “delas” refere-se a
- (A) *fraudes financeiras eletrônicas.*
 - (B) *organizações de serviços financeiros.*
 - (C) *demandas corporativas.*
 - (D) *transações on-line.*
 - (E) *mudanças.*
-

Raciocínio Lógico-Matemático

10. Uma avenida que possui 7 km de extensão teve o seu limite máximo de velocidade alterado de 50 km/h para 60 km/h. Levando-se em consideração apenas a extensão da avenida e veículos trafegando nas velocidades máximas permitidas, com a alteração do limite máximo permitido de velocidade, o tempo para percorrer a extensão total da avenida diminuiu em
- (A) 2 minutos e 45 segundos.
 - (B) 1 minuto e 8 segundos.
 - (C) 1 minuto e 40 segundos.
 - (D) 2 minutos e 40 segundos.
 - (E) 1 minuto e 24 segundos.
-
11. Um funcionário arquivou certo número de processos ao longo dos cinco dias úteis de trabalho de uma semana. Na terça-feira ele arquivou $\frac{2}{3}$ do número de processos que havia arquivado na segunda-feira. Na quarta-feira ele arquivou o dobro do que havia arquivado na terça-feira. Tanto na quinta-feira quanto na sexta-feira ele arquivou 5 processos a mais do que havia arquivado na terça-feira. Sabendo-se que esse funcionário arquivou 49 processos de segunda a sexta-feira dessa semana, a soma do número de processos arquivados por ele nos três dias da semana em que arquivou mais processos foi igual a
- (A) 32
 - (B) 41
 - (C) 31
 - (D) 34
 - (E) 38
-



12. O cadastro de veículos de uma pequena cidade registra 40 veículos de carga e 245 veículos de passeio. Desses 285 veículos cadastrados, 32 são movidos a diesel. Utilizando apenas essas informações, a respeito desses veículos cadastrados, é correto afirmar que,
- (A) no máximo, 213 são de passeio movidos a diesel.
 - (B) no mínimo, 32 são de carga movidos a diesel.
 - (C) algum veículo de carga é movido a diesel.
 - (D) no mínimo, 20% dos veículos de carga não são movidos a diesel.
 - (E) pelo menos, 8 veículos de passeio são movidos a diesel.
-
13. Uma corda será dividida em três pedaços de comprimentos diretamente proporcionais a 3, 5 e 7. Feita a divisão, verificou-se que o maior pedaço ficou com 1 metro a mais do que deveria ser o correto para a medida do maior pedaço, e que o menor pedaço ficou com 1 metro a menos do que deveria ser o correto para a medida do menor pedaço. Se o único pedaço que saiu na medida correta ficou com 12 metros de comprimento, o menor dos três pedaços saiu com comprimento, em metros, igual a
- (A) 8,6
 - (B) 7,5
 - (C) 6,2
 - (D) 4,8
 - (E) 5,6
-

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

14. Em 2015 foi aprovada lei que prevê diversos direitos para pessoas que tenham “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. O enunciado se refere à
- (A) Lei nº 10.048, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência.
 - (B) Lei nº 11.126, que dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.
 - (C) Lei nº 10.098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - (D) Constituição da República Federativa do Brasil.
 - (E) Lei nº 13.146, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.
-
15. Sobre o “Símbolo Internacional de Surdez”, a legislação brasileira determina que
- (A) é permitido modificar ou adicionar ao símbolo outros elementos além do desenho reproduzido pela lei, a depender de seu local de fixação.
 - (B) o símbolo deverá ser colocado, obrigatoriamente, em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência auditiva.
 - (C) é lícita a utilização do símbolo para outras finalidades para além dos interesses do deficiente auditivo.
 - (D) é vedado o uso do símbolo para identificar veículos conduzidos por deficiente auditivo, pois tal conduta é discriminatória.
 - (E) é proibida a reprodução do símbolo em publicações e outros meios de comunicação relevantes para os interesses do deficiente auditivo.
-
16. Contempla todas as pessoas que têm assegurado por lei o direito ao atendimento prioritário em uma repartição pública:
- (A) pessoas com deficiência, idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos.
 - (B) pessoas com deficiência, idosos com idade igual ou superior a 70 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos.
 - (C) pessoas com deficiência, idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas com crianças de colo.
 - (D) pessoas com deficiência e idosos com idade igual ou superior a 70 anos.
 - (E) pessoas com deficiência, idosos com idade igual ou superior a 60 anos e as gestantes.
-



Noções de Informática

17. Um Técnico de Informática, ao acessar o *site* da organização para a qual trabalha, encontrou-o totalmente desfigurado, com o conteúdo das páginas alterado. Ao buscar razões para este tipo de ataque que viola a segurança das informações, verificou que um atacante, para desfigurar uma página *web*, pode:

- explorar erros da aplicação *web*;
- explorar vulnerabilidades do servidor de aplicação *web*;
- explorar vulnerabilidades da linguagem de programação ou dos pacotes utilizados no desenvolvimento da aplicação *web*;
- invadir o servidor onde a aplicação *web* está hospedada e alterar diretamente os arquivos que compõem o *site*;
- furtar senhas de acesso à interface *web* usada para administração remota.

O Técnico concluiu, corretamente, que este tipo de ataque é conhecido como

- (A) inundação UDP.
- (B) engenharia social.
- (C) *wardriving*.
- (D) IP *spoofing*.
- (E) *Defacement*.

18. O Internet Explorer 11, em português, tem uma opção no menu Ferramentas que oferece diversas funcionalidades, dentre as quais encontram-se:

- Excluir histórico de navegação
- Navegação InPrivate
- Habilitar proteção contra rastreamento
- Desativar filtro SmartScreen
- Relatar site não seguro

A opção do menu Ferramentas que oferece estas funcionalidades é:

- (A) Gerenciar complementos.
- (B) Segurança.
- (C) Configurações do modo de exibição de compatibilidade.
- (D) Relatar problemas do site.
- (E) Gerenciar opções de navegação na internet.

19. Considere que um Técnico de Informática está utilizando o Microsoft Excel 2007, em português, e deseja utilizar uma função para procurar um item em um intervalo de células e, então, retornar a posição relativa desse item no intervalo. Por exemplo, se o intervalo A1:A3 contiver os valores 5, 7 e 38, a fórmula

- (A) =INTERV(7, A1:A3) retorna o número 2, pois 7 é o segundo item no intervalo.
- (B) =CORRESP(7, A1:A3) retorna *true*, pois 7 é um item no intervalo.
- (C) =INTERVALO(7, A1:A3, 3) retorna o número 2, pois 7 é o segundo item no intervalo de 3 valores.
- (D) =CORRESP(7; A1:A3; 0) retorna o número 2, pois 7 é o segundo item no intervalo.
- (E) =INTERVALO(7; A1:A3; 0) retorna *true*, pois 7 é um item no intervalo.

20. Quando uma pasta ou um arquivo é criado, o Windows 7 em português atribui permissões padrão a esse objeto. Modificar é a permissão mínima necessária para concluir esse procedimento. Para um usuário definir, exibir, alterar ou remover permissões de arquivos e pastas deve-se, inicialmente:

- Clicar com o botão direito do *mouse* no arquivo ou na pasta para o qual deseja definir permissões, clicar em Propriedades e clicar na guia**I**..
- Clicar em**II**..... para abrir a caixa de diálogo Permissões para <objeto>.

As lacunas **I** e **II** são, correta e respectivamente, preenchidas com

- (A) Compartilhamento – Compartilhar
- (B) Geral – Escolher Arquivo
- (C) Segurança – Editar
- (D) Geral – Atributos
- (E) Compartilhamento – Adicionar

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Processar e julgar originariamente o mandado de segurança contra atos da Mesa da Câmara dos Deputados é competência do
- (A) Tribunal de Justiça do Distrito Federal.
 - (B) Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) Tribunal Regional Federal da Região que abrange o Distrito Federal.
 - (D) Congresso Nacional.
 - (E) Supremo Tribunal Federal.
-
22. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, exerce, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de
- (A) primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões não terão efeito vinculante.
 - (B) segundo grau, cujas decisões terão efeito vinculante, sendo que a supervisão de primeiro grau compete ao Tribunal Superior do Trabalho.
 - (C) segundo grau, cujas decisões não terão efeito vinculante, sendo que a supervisão de primeiro grau compete ao Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
 - (E) segundo grau, cujas decisões terão efeito vinculante, sendo que a supervisão de primeiro grau compete ao Supremo Tribunal Federal.
-
23. Maria almeja ocupar um dos cargos de Técnico do Tribunal Regional do Trabalho da 24^ª Região. Assim, Maria iniciou seu estudo aprofundando seu conhecimento sobre os Tribunais Regionais do Trabalho e sobre o Tribunal Superior do Trabalho, verificando que a Constituição Federal brasileira prevê que
- (A) os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho devem ser brasileiros e possuem no mínimo trinta anos de idade.
 - (B) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros.
 - (C) os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho são escolhidos pelo Presidente da República após aprovação pela Câmara dos Deputados.
 - (D) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, onze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região.
 - (E) não há advogados na composição dos Tribunais Regionais do Trabalho.
-
24. De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público
- (A) é instituição permanente, com os seguintes princípios institucionais: unidade, indivisibilidade e independência funcional.
 - (B) possui autonomia funcional, não havendo autonomia administrativa, em razão da sua subordinação ao Poder Executivo.
 - (C) possui autonomia funcional, não havendo autonomia administrativa, em razão da sua subordinação ao Poder Judiciário.
 - (D) elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei Orgânica da Magistratura.
 - (E) elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.
-
25. Fúlvia cursa o ensino médio e interessou-se em conhecer melhor a Advocacia-Geral da União. Assim, através da Constituição Federal brasileira, Fúlvia descobriu que a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União,
- (A) nomeado pelo Presidente da República após aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (B) de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
 - (C) de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
 - (D) nomeado pelo Presidente da República após aprovação da escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
 - (E) nomeado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, após aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

**Noções de Direito Administrativo**

26. Marcia, servidora pública, decide revogar ato administrativo discricionário e válido por ela praticado e assim o faz com efeitos retroativos à data em que o ato foi praticado. A propósito do tema, é correto afirmar que a revogação narrada
- (A) está absolutamente correta, seja quanto ao ato revogado, seja por quem revogou e seja quanto aos efeitos do instituto.
 - (B) apresenta apenas uma irregularidade: seus efeitos não são retroativos.
 - (C) apresenta apenas uma irregularidade: não se destina a atos válidos.
 - (D) apresenta duas irregularidades: não se destina a atos válidos e seus efeitos não são retroativos.
 - (E) apresenta apenas uma irregularidade: não poderia ser decretada por Marcia, mas sim pelo chefe máximo do órgão ou entidade a qual a servidora pertence.
-
27. Considere:
- I. Trata-se de documento vinculativo.
 - II. Trata-se de documento obrigacional.
 - III. Apresenta característica de compromisso para contratação imediata, somente.
 - IV. Trata-se de documento em que se registram, dentre outras informações, os órgãos participantes.
- No que concerne às características da ata de registro de preços, prevista no Decreto nº 7.892/2013, está correto o que consta APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) III.
 - (E) I, II e III.
-
28. O Supremo Tribunal Federal em importante julgamento declarou inconstitucional considerar como fatores de averiguação da proposta mais vantajosa os valores relativos aos impostos pagos ao ente federativo que realiza a licitação. Isto porque, tais fatores, obviamente, desfavorecem eventuais competidores locais e prejudicam sensivelmente os instalados em localidades diversas. A situação narrada traz exemplo de clara aplicação de um dos princípios que norteiam as licitações públicas. Trata-se do princípio da
- (A) adjudicação compulsória.
 - (B) vinculação ao instrumento convocatório.
 - (C) julgamento objetivo.
 - (D) igualdade.
 - (E) publicidade.
-
29. Jéssica, servidora pública federal, é casada com Ricardo, servidor público civil do Estado do Mato Grosso. Ambos os servidores exercem suas atribuições em Cuiabá. Ocorre que, Ricardo foi deslocado para o Município de Sinop, no interesse da Administração pública. Nesse caso, Jéssica, pretendendo ficar próxima de seu cônjuge formulou pedido de remoção. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,
- (A) será cabível, na hipótese, tão somente a aplicação do instituto da redistribuição que pode ocorrer independentemente do interesse da Administração.
 - (B) não será cabível qualquer modalidade de remoção, bem como de qualquer instituto destinado à transferência de Jéssica, devendo a servidora obrigatoriamente permanecer em Cuiabá.
 - (C) será cabível a remoção, a pedido, mas dependerá do interesse da Administração.
 - (D) será cabível, exclusivamente, a remoção de ofício, no interesse da Administração.
 - (E) será cabível a remoção, a pedido, independentemente do interesse da Administração.
-
30. Considere a seguinte situação hipotética: Roberto é servidor público municipal, responsável pela arrecadação de tributos. Em determinada data, Roberto incorporou ao seu patrimônio, o montante de R\$ 100.000,00 proveniente de arrecadação tributária municipal, utilizando posteriormente a citada quantia para a compra de um veículo particular, a ele destinado. Em razão do ocorrido, foi processado por improbidade administrativa. A propósito dos fatos e, nos termos da Lei nº 8.429/1992,
- (A) o ato ímprobo em questão comporta a medida de indisponibilidade de bens.
 - (B) para configurar o ato ímprobo em questão, exige-se conduta culposa, isto é, não se faz necessário dolo para sua caracterização.
 - (C) as disposições da Lei de Improbidade não se aplicam a Roberto, por ser parte ilegítima para figurar no polo passivo de tal ação.
 - (D) para configurar o ato ímprobo em questão, exige-se dano ao erário.
 - (E) caso Roberto venha a falecer, seu sucessor não estará sujeito a qualquer cominação prevista na Lei de Improbidade.



31. Sobre o objeto, *modus operandi* da segurança, pode-se afirmar que é
- (A) o emprego tático de armas, táticas de defesa pessoal, controle de circulação de pessoas, emprego de detectores e sensores.
 - (B) a salvaguarda de bens e pessoas através do emprego de técnicas e táticas preventivas, ostensiva e ofensiva.
 - (C) o emprego de sensores em muros, portas, grades, cercas elétricas, alarmes, cofres, portas corta-fogo.
 - (D) um treinamento que define as responsabilidades individuais e coletivas em relação a cada tarefa.
 - (E) o modo de operação dos criminosos, ou seja, como pensam e agem, também existe um faseamento, ou etapas para cometer um crime contra dignitários.
-
32. A análise de risco visa detectar todos os incidentes ao qual o dignitário, sua família e empresa estão expostos. Pode-se afirmar que
- (A) A probabilidade dos riscos e ameaças é classificada como baixo, moderado, grave e catastrófico.
 - (B) Os danos e perdas podem ser caracterizados em três ordens que são: de natureza humana, moral e material.
 - (C) Para cada risco existente haverá duas linhas táticas: a ofensiva e a corretiva.
 - (D) Sobre o controle dos riscos, a ordem é focar nos resultados dos atos criminosos para que este evento indesejado não ocorra novamente, isso significa previsibilidade.
 - (E) As vias de acesso e o patrimônio correspondem aos potenciais de danos e na trajetória e na área a ser afetada corresponde à fonte geradora na técnica de análise preliminar dos riscos existentes.
-
33. Sobre o cabeamento para CFTV pode-se afirmar que
- (A) o sistema sem fio integrado ou transmissor sem fio precisa de conexão física e de passagem de cabos pelo local a ser monitorado. Possui um baixo custo quando comparado com o cabo de fibra ótica, além disso, apresentam problemas de interferência, ruídos e instabilidade no sinal devido a topologia do local ou tipo de construção, áreas de sombra e há necessidade de retransmissores.
 - (B) o cabo coaxial possui características elétricas propícias para a transmissão de sinais de vídeo da câmera para o monitor ou ao processador de vídeo, como sequencial, *quad*, multiplexador ou DVR. Não é afetado por interferências elétricas de baixa e média tensão, pois apresentam conectores BNC em ambas as pontas do cabo e melhor blindagem contra interferências eletromagnéticas e eletrostáticas. Pode ser instalado para transmissão de sinais de vídeo até 250 metros de distância sem perder a qualidade.
 - (C) o cabo de fibra ótica é afetado por interferências elétricas e problema com o contato com alta tensão, mesmo assim pode transmitir sinais de vídeo com eficiência com instalado por baixo da terra. Além disso, é seu custo comercial é elevado e a apresenta fragilidade na instalação.
 - (D) o cabo par trançado é amplamente utilizado em sistemas de redes, possui uma ótima qualidade de transmissão de dados. Permite a transmissão do sinal de vídeo por até 1 quilômetro, porém há necessidade de utilização de conversores na saída da câmera e na entrada do monitor ou processador de vídeo, o que torna mais caro quando comparado com a instalação de sistema por cabo coaxial.
 - (E) o cabo coaxial não é a opção com melhor relação de custo e benefício quando comparado com os cabeamentos de par trançado, fibra ótica e transmissor sem fio. É recomendada a utilização de par trançado e conversores, pois tem um ótimo funcionamento com distâncias superiores as conseguidas com os cabos coaxiais e ao da fibra ótica.
-
34. Considere um sistema de CFTV instalado em um local onde existe deficiência de iluminação e também ocorre grande variação de luz. A câmera instalada nesse sistema é adequada a esta situação, mesmo sem qualquer *led* de infravermelho em seu entorno. Ela funciona no modo "colorido" durante o dia e "preto e branco" à noite, tem super redução de ruído, detecção de movimento incorporada, alta resolução e sensibilidade desejável para obter uma excelente imagem ao dia e, principalmente, à noite. No mercado, essa câmera é denominada
- (A) *Joke*.
 - (B) *Day Night*.
 - (C) *Stand Alone*.
 - (D) *Picture to picture*.
 - (E) *Focus*.



35. O motociclista Orlando da Silva se envolveu em um acidente grave de moto com um carro de passeio. Ele teve escoriações no corpo inteiro e um ferimento perfurante no braço direito, com hemorragia venosa. Além disso, ficou inconsciente por 20 minutos e em seguida teve uma Parada Cardiorrespiratória – PCR, ficando estirado no chão no meio da via pública. O motorista João Siqueira, que bateu em sua moto, foi ajudá-lo a fim de isolar o local e dar os primeiros atendimentos a Orlando. João Siqueira é agente de segurança de dignitários e possui o curso prático de Primeiros Socorros, sendo socorrista leigo treinado. Orlando ficou 30 minutos a espera da Ambulância. Com relação ao procedimento inicial ou Suporte Emergencial à Vida – SEV e a Ressuscitação Cardiopulmonar – RCP, é correto afirmar:
- (A) A RCP somente com compressão é mais fácil de ser executada por um socorrista não treinado e pode ser prontamente orientado por telefone pelos atendentes. Com relação à hemorragia, por mais simples que seja qualquer pessoa pode realizar a compressão do ferimento, diretamente sobre ele, com uma gaze ou pano limpo.
 - (B) Deve-se movimentar a vítima com cuidado do local, pois há uma situação de risco grave e iminente, retirar capacete e podendo aplicar um torniquete para estancar hemorragia do braço. Além disso, se o socorrista leigo treinado puder realizar ventilações de resgate, as compressões, sendo 15 compressões para cada 2 ventilações.
 - (C) Não deverá movimentar a vítima em hipótese alguma e nem cuidar das lesões facilmente visíveis que continuam sangrando, mesmo que por mais simples que seja os primeiros atendimentos e a sobre RCP, só devem ser aplicadas por profissionais capacitados e habilitados para essa finalidade.
 - (D) Para um socorrista leigo treinado, neste caso, as compressões torácicas e as ventilações devem ser aplicadas na relação de 30 compressões para cada ventilação, devendo continuar a RCP até a chegada da ambulância e que assumam o cuidado à vítima. Sobre a hemorragia, pode-se realizar a compressão do ferimento, diretamente sobre ele, com pano, e com força para estancar o sangramento.
 - (E) Todo socorrista leigo treinado deve, no mínimo, somente aplicar compressões torácicas em vítimas com PCR e de colapso súbito, com ênfase em comprimir com força, superior a 6 cm, e rapidez no centro do tórax, 150 compressões por minuto e seguir as instruções do atendente prestador de primeiros socorros por telefone. Além disso, a RCP deve ser continua até a chegada da ambulância.

36. Sobre as infrações, penalidades e medidas administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, ao atirar objetos ou substâncias do veículo ou abandoná-los na via, caracteriza ao condutor infração
- (A) leve, a penalidade é multa e o recolhimento do documento de habilitação.
 - (B) grave, a penalidade é multa e retenção do veículo.
 - (C) média e a penalidade é multa.
 - (D) gravíssima, multa, recolhimento do documento de habilitação e suspensão do direito de dirigir.
 - (E) levíssima e a penalidade é multa.

37. Considere as seguintes placas de sinalização regulamentadas pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB:



Estas placas são representadas na cor vermelha, preta e branca.

As placas da esquerda para a direita, seus significados conforme terminologia e regulamentação do Código de Trânsito Brasileiro, são, respectivamente,

- (A) sentido proibido, permitido estacionar, parada obrigatória e a preferência é da via expressa.
 - (B) não é permitido avançar, estacionamento regulamentado, pare e dê a preferência.
 - (C) sentido proibido, estacionamento regulamentado, parada obrigatória e dê a preferência.
 - (D) não siga em frente, permitido estacionar e parar, parada preferencial e preferência obrigatória.
 - (E) não é permitido avançar, estacionamento regulamentado, pare e dê a preferência.
38. Um motorista particular de determinada empresa não verificou que o cinto de segurança do passageiro apresentava problemas antes do início de uma viagem para uma localidade que distava 76 km do local de origem. Ocorreu um acidente no trajeto e, em função disso, o passageiro machucou-se gravemente. Em relação ao Código de Trânsito Brasileiro, o motorista
- (A) atendeu-o, pois não cabe ao motorista verificar todos os itens de segurança do veículo antes do início de qualquer viagem cujo trajeto seja inferior a 100 km do local de origem.
 - (B) atendeu-o, pois o passageiro deveria ter verificado que o cinto de segurança não estava em boas condições de funcionamento e deveria ter avisado o motorista.
 - (C) descumpriu-o, pois deveria ter perguntado a todos os passageiros se as condições de segurança estavam atendidas.
 - (D) descumpriu-o, pois deveria ter verificado as boas condições de funcionamento dos equipamentos de uso obrigatório, no caso, o cinto de segurança do passageiro.
 - (E) atendeu-o, pois cabe ao motorista apenas a condução do veículo, a verificação das boas condições mecânicas e da existência de combustível suficiente para a viagem.



39. Os extintores de incêndio veiculares,
- (A) sejam eles de qualquer tipo de unidade extintora e para qualquer tipo de veículo motorizado, só podem estar fixados debaixo do banco sob as pernas do motorista.
 - (B) do tipo ABC atuam somente no fogo em componentes como: fios elétricos, tapeçaria, painéis de plásticos, bancos e carroçaria.
 - (C) do tipo BC foram substituído pelo tipo ABC, sendo obrigatórios somente em carros e veículos utilizados para transporte de passageiros, ônibus e micro-ônibus. Logo, não se pode mais utilizar o tipo BC desde 2005, conforme Resolução 157 do Contran. Quanto às camionetas, caminhonetes, veículos utilizados comercialmente para transporte de cargas e triciclos de cabines fechadas, é opcional o tipo ABC.
 - (D) podem ser de 3 tipos: o do tipo A, destinado a apagar fogo em combustível; do tipo B, destinado à apagar fogo em sistemas elétricos; e do tipo C, destinado a apagar o fogo em componentes de bancos.
 - (E) podem ser de 2 tipos: o do tipo BC, destinado a apagar fogo em combustível e em sistemas elétricos; e ABC, destinado a apagar o fogo em componentes de tapeçaria, painéis, bancos e carroçaria.
-
40. Um Técnico Judiciário com especialização em segurança de dignitários adentra no setor de segurança eletrônica e vigilância da Instituição e se depara com um cenário de princípio de incêndio. As chamadas vieram dos monitores de TV que estavam juntamente com o DVR. Para a extinção do fogo, o técnico terá que buscar o extintor de incêndio para a classe de incêndio do tipo
- (A) C
 - (B) A
 - (C) B
 - (D) D
 - (E) K
-
41. De acordo com o Decreto nº 70.274/1972, a Bandeira Nacional deverá permanecer no topo de um mastro especial plantado na Praça dos Três Poderes de Brasília/DF, como símbolo da Pátria e sob a guarda do povo brasileiro. A substituição dessa Bandeira deve
- (A) ser feita em solenidade presidida pelo Presidente da República ou, na sua ausência, o seu sucessor imediato, sempre que o exemplar a ser substituído apresentar sinais de danos ou aparentar desgaste natural em função das intempéries e do tempo de uso.
 - (B) acontecer somente quando o exemplar a ser substituído apresentar sinais de danos ou aparentar desgaste natural em função das intempéries e do tempo de uso.
 - (C) ser feita em solenidade especial, no primeiro domingo de cada mês, sendo que a nova Bandeira deverá atingir o topo do mastro antes que aquela que será substituída comece a ser arriada.
 - (D) ser feita na primeira segunda-feira de cada mês, comandada por representantes das Forças Armadas Nacionais, com hasteamento do novo exemplar em ato simultâneo ao arreamento do exemplar que será substituído.
 - (E) acontecer mediante autorização do Presidente da República ou, na sua ausência, o seu sucessor imediato, sempre que este emitir solicitação expressa devidamente justificada.
-
42. De acordo com a Lei nº 10.826/2003, têm direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, com validade em âmbito nacional,
- (A) os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 habitantes.
 - (B) os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias.
 - (C) as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas.
 - (D) os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
 - (E) os integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário.
-
43. De acordo com a Lei nº 10.826/2003, a comprovação de capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo deverá ser atestada por instrutor de armamento e tiro. Além disso, deverá possuir comprovação da aptidão psicológica, por um(a)
- (A) parecer técnico assinado pela polícia civil e os testes psicológicos utilizados devem ser reconhecidos pelo Conselho Regional de Psicologia.
 - (B) laudo conclusivo, assinado por um psicólogo que deverá ser credenciado pela Polícia Federal e os testes psicológicos utilizados, devem ser reconhecidos pelo Conselho Regional de Psicologia.
 - (C) anotação de responsabilidade técnica de um psicólogo e credenciada pelo conselho Regional de Psicologia.
 - (D) teste psicológico utilizado pelo psicólogo e que deve ser reconhecido pela Polícia Federal.
 - (E) certidão de antecedentes criminais credenciado pela Polícia Federal e Exército.



44. O desgaste ou deterioração do rolamento da roda de carro deve ser checado de acordo com o tempo especificado pelo fabricante no manual do veículo para evitar acidentes. Essa deterioração é caracterizada por uma modificação da distribuição de energia vibratória pelo conjunto dos componentes mecânicos que constituem o carro. A utilização de um aparelho adequado, capaz de registrar a vibração do rolamento, com base em dados que informam o seu desgaste, ou processo de degradação, e que prediz o tempo de vida útil é caracterizado como uma manutenção
- (A) autônoma.
(B) preditiva.
(C) corretiva.
(D) não planejada.
(E) detentiva.
-
45. O servofreio, no automóvel, tem a função de
- (A) evitar o travamento das rodas.
(B) interromper o fluxo de fluido do reservatório.
(C) transmitir a pressão aos cilindros de roda, através do fluido.
(D) ampliar a força aplicada pelo motorista no pedal do freio.
(E) evitar com que a pressão hidráulica na roda trave.
-
46. Com relação aos conhecimentos básicos de mecânica de autos,
- (A) no sistema de refrigeração do motor, existem 2 tipos: direto, onde o ar circula através das aletas existentes no exterior dos cilindros e na cabeça dos cilindros, e indireto, no qual um líquido de resfriamento circula pelos canais existentes no interior do motor.
(B) os êmbolos e bielas, válvulas de admissão, o bloco e o cárter são considerados partes móveis do motor.
(C) os principais componentes da transmissão são: embreagem, câmbio e a roda.
(D) o sistema elétrico de um carro desenvolve-se em três etapas básicas: geração de tensão, transmissão de potencia e cargas eletromagnéticas.
(E) os principais componentes do sistema de suspensão são somente as molas e os amortecedores.
-
47. Tomando como base a direção defensiva e conforme diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro, a distância lateral ao ultrapassar um ciclista deverá ser de
- (A) cinquenta centímetros.
(B) um metro.
(C) um metro e cinquenta centímetros.
(D) dois metros.
(E) noventa centímetros.
-
48. No sistema de arrefecimento do motor de um automóvel, a água que circula no seu interior é impulsionada por um(a) I, tem a função de manter a temperatura do motor em baixa. Quando essa temperatura excede os 90 °C, um(a) II emite a ordem para abertura de um(a) III, liberando a água para ser resfriada através de um(a) IV e do seu sistema de ventilação, retornando com temperaturas mais baixas para refrigeração do motor, evitando o superaquecimento.
- Preenche as lacunas **I**, **II**, **III** e **IV**, correta e respectivamente:
- (A) movimento – pressão – virabrequim – carburador
(B) motor – válvula termostática – termostato – arrefecedor
(C) pressão – sensor – bomba d'água – ventoinha
(D) força – sinal elétrico – pistão – bateria
(E) bomba d'água – termostato – válvula termostática – radiador



49. Conhecer as terminologias dos códigos maliciosos (*Malware*) para quem trabalha com a segurança da Informação, *Internet*, é de extrema importância, pois somente desta maneira, sabe-se distinguir suas diferenças significativas, seus afazeres e demais atributos. A partir destas informações, numere a **Coluna 2** de acordo com a **Coluna 1**, fazendo a correlação entre os nomes:

Coluna 1	Coluna 2	
I. <i>Keylogger</i>	()	Programa capaz de se propagar automaticamente através de redes, enviando cópias de si mesmo de computador para computador.
II. <i>Phishing</i>	()	Programa capaz de capturar e armazenar as teclas digitadas pelo usuário no teclado de um computador, quando usuário, acessa a site do específico de comércio eletrônico ou de <i>internet banking</i>
III. <i>Adware</i>	()	É um conjunto de programas e técnicas que permite esconder e assegurar a presença de um invasor ou de outro código malicioso em um computador comprometido.
IV. <i>Rootkit</i>	()	Ocorre por meio do envio de mensagens eletrônicas e é um tipo de fraude por meio da qual um golpista tenta obter dados pessoais e financeiros de um usuário, pela utilização combinada de meios técnicos e engenharia social.
V. <i>Worm</i>	()	<i>Software</i> especificamente projetado para apresentar propagandas. Constitui uma forma de retorno financeiro para aqueles que desenvolvem <i>software</i> livre ou prestam serviços gratuitos.

A correta correlação entre a Coluna 1 e a Coluna 2, de cima para baixo, é

- (A) V, I, IV, II e III.
 (B) IV, V, II, I e III.
 (C) III, V, I, IV e II.
 (D) I, IV, III, II e V.
 (E) II, IV, I, III e V.
-
50. Na condição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, cabe à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN:
- (A) adotar as medidas necessárias para a conservação e proteção do patrimônio bibliográfico e digital sob sua custódia.
 (B) consolidar o controle sobre a produção científica nacional, divulgando as produções acadêmicas no âmbito nacional e internacional.
 (C) incentivar as políticas de pesquisa científica como forma de gestão do conhecimento do País.
 (D) coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual brasileira, assegurando o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais e a preservação da memória bibliográfica e documental do país.
 (E) planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País.
-
51. Para implementação da Política Nacional de Inteligência adota-se o conceito de “atividade de inteligência”, o qual se divide, fundamentalmente, em dois grandes ramos de atividade com objetivos distintos, denominados
- (A) sociedade e Estado.
 (B) atividade especializada e conduta ética.
 (C) inteligência e contrainteligência.
 (D) internacional e nacional.
 (E) espionagem e sabotagem.
-
52. Caracteriza-se como contrainteligência a atividade que tem por objetivo, dentre outros, a
- (A) prevenção e detecção da Inteligência adversa e das ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado.
 (B) produção de conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado.
 (C) difusão de conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro do território nacional, de influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado.
 (D) obstrução e neutralização da Inteligência adversa e das ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados e a produção de conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional.
 (E) detecção da Inteligência adversa e das ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados e conhecimentos e a difusão de conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro do território nacional, que influenciem a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado.
-
53. De acordo com a Lei nº 9.099/1995, uma vez respeitadas as regras de conexão e continência, o Juizado competente para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo é denominado
- (A) Especial Civil, provido somente por juízes togados.
 (B) Comum, provido somente por juízes togados.
 (C) de Pequenas Causas, provido somente por juízes togados e leigos.
 (D) Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos.
 (E) Comum, provido somente por juízes togados e leigos.



54. Carlos exerce cargo público de natureza civil, de forma transitória e sem remuneração. No exercício do seu trabalho, cometeu atentado ao livre exercício do culto religioso. Por isso, Carlos recebeu sanção administrativa legalmente determinada em função da gravidade do abuso cometido, que consistiu em advertência. Considerando as disposições da Lei nº 4.898/65, Carlos
- (A) não é considerado autoridade, pois exerce seu cargo de forma transitória.
 - (B) sofreu advertência por abuso de autoridade.
 - (C) não é considerado autoridade, pois exerce seu cargo sem remuneração.
 - (D) cometeu abuso de autoridade, mas a advertência não é sanção administrativa prevista para o atentado cometido.
 - (E) cometeu atentado que não caracteriza abuso de autoridade.
-
55. Um comerciante publicou anúncio para recrutamento de trabalhadores, onde exigia aspectos de aparência próprios de raça, sendo que as atividades do referido emprego não justificam essas exigências. De acordo com a Lei nº 7.716/1989, esse comerciante está sujeito às penas de
- (A) reclusão de dois a cinco anos e prestação de serviços à comunidade.
 - (B) multa e prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial.
 - (C) reclusão de um a três anos e realização de atividades de promoção da igualdade racial.
 - (D) multa e reclusão de um a cinco anos.
 - (E) multa e embargo do estabelecimento.
-
56. O dono de um restaurante recusou o atendimento a um cidadão em seu estabelecimento, em virtude de sua raça. De acordo com a Lei nº 7.716/1989, a pena prevista é de
- (A) interdição do estabelecimento comercial.
 - (B) multa.
 - (C) prestação de serviços à comunidade.
 - (D) reclusão.
 - (E) recolhimento domiciliar.
-
57. Um idoso está acompanhado por uma gestante. Esse idoso apresenta dificuldade de movimentação permanente, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, e da coordenação motora. Nos termos da Lei nº 10.098/2000 e respectivas atualizações, a condição desse idoso é definida como uma pessoa
- (A) debilitada.
 - (B) com deficiência.
 - (C) incapacitada.
 - (D) deficitária.
 - (E) com mobilidade reduzida.
-
58. Uma concessionária de transporte coletivo não reservou assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo, em alguns veículos utilizados diariamente. Conforme as disposições da Lei nº 10.048/2000, essa infração sujeitará aos responsáveis
- (A) interdição temporária ou total do estabelecimento.
 - (B) prestação de serviços à comunidade.
 - (C) o pagamento de multa por veículo sem estas condições mencionadas.
 - (D) embargo do estabelecimento.
 - (E) advertência e determinação de prazo para realização das adaptações que se fizerem necessárias.
-
59. Mediante a ocorrência de uma discussão entre um cidadão e o porteiro de um edifício, esse porteiro solicitou um documento de identificação ao cidadão que lhe enfrentara verbalmente. O cidadão entregou-lhe uma fotocópia autenticada de seu comprovante de quitação com o serviço militar. O porteiro, então, reteve esse documento por 10 dias, quando o cidadão compareceu para buscá-lo. De acordo com a Lei nº 5.553/1968, o porteiro realizou ato
- (A) lícito, pois devolveu o documento em período inferior a 12 dias.
 - (B) lícito, pois trata-se de fotocópia autenticada do documento, que pode ser retido.
 - (C) lícito, pois trata-se do comprovante de quitação com o serviço militar, que pode ser retido.
 - (D) ilícito, pois poderia ter retido o documento pelo período de até cinco dias.
 - (E) ilícito, pois reteve um documento de identificação pessoal apresentado por fotocópia autenticada.
-
60. O atendimento ao público deve se dar de maneira eficaz e com inteligência, a fim de aperfeiçoar processos em uma organização pública. De acordo com a Lei nº 10.048/2000 é correto afirmar que
- (A) impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, às entradas sociais em edifícios públicos ou particular, e elevadores ou escada de acesso aos mesmos, é um dos artigos que define como crime resultante de preconceito de raça ou de cor.
 - (B) as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, o atendimento preferencial junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população é arbitrário conforme descreve o Estatuto do Idoso.
 - (C) sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal é ilícito reter qualquer documento de identificação pessoal, ainda que apresentado por fotocópia autenticada.
 - (D) somente as pessoas com deficiência e gestantes terão atendimento prioritário.
 - (E) as empresas públicas de coletivo estão dispensadas do atendimento prioritário, com exceção dos assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes e pessoas portadoras de deficiência.